

Sexualidade e Relação de Gênero



Denise Pereira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S518 Sexualidade e relações de gênero [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 1)

Formato: PDF

Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-047-6

DOI 10.22533/at.ed.476191601

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Pereira, Denise.
II. Título. III. Série.

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO:

Cada vez mais a academia está avançando em pesquisas sobre Sexualidade e Relação de Gênero. No século XXI, a sexualidade é compreendida como algo fluído, que muda ao longo de toda uma vida, é pessoal/individual, cada um com a sua, não há certo ou errado, havendo possibilidades e é paradoxal, ou seja, é sempre diferente da sexualidade dos outros, sendo o traço mais íntimo do ser humano, manifestando-se diferentemente em cada indivíduo, de acordo com as novas realidades e as experiências vividas culturalmente.

E a relação de gênero refere-se às afinidades sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais. Que segundo Scott, devemos compreender que “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

O conceito de gênero que enfatizamos neste livro está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, usualmente remetido ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos.

Neste livro são apresentadas várias abordagens sobre “Sexualidade e Relação de Gênero”, tais como: discussões de conceitos; modo de vida, violência, direitos, Lei Maria da Penha, homoparentalidade, emancipação feminina, transexuais, homossexuais, sexualidade infantil, sexualidade masculina, mulheres no cinema e no futebol, entre diversos outros assuntos.

Boa leitura
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	9
JUDITH BUTLER: PERFORMATIVIDADE, CONSTITUIÇÃO DE GÊNERO E TEORIA FEMINISTA	
Maria Irene Delbone Haddad	
Rogério Delbone Haddad	
DOI 10.22533/at.ed.4761916011	
CAPÍTULO 2	16
O DIREITO NÃO SOCORRE A QUEM EXPRESSA SUA SEXUALIDADE? ASSIMETRIAS JURÍDICAS ACERCA DAS MANIFESTAÇÕES DO SEXO NOS ÂMBITOS LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO BRASILEIROS	
Fábio Periandro de Almeida Hirsch	
José Euclimar Xavier de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.4761916012	
CAPÍTULO 3	26
PROTEÇÃO PARA QUEM? LEI MARIA DA PENHA E AS MULHERES TRANS	
Saskya Miranda Lopes	
Bianca Muniz Leite	
DOI 10.22533/at.ed.4761916013	
CAPÍTULO 4	34
SEXUALIDADE DESVIANTE DE MARIA: UM CASO DE PERVERSÃO FEMININA	
Joice Cordeiro Dos Santos	
Giseli Monteiro Gagliotto	
DOI 10.22533/at.ed.4761916014	
CAPÍTULO 5	46
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER: ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA	
Denison Lopes da silva	
DOI 10.22533/at.ed.4761916015	
CAPÍTULO 6	56
A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES POR MEIO DA EDUCAÇÃO: GARANTIA DE DIREITOS E AS COTAS NA UNIVERSIDADE	
Grazielly dos Santos Germano	
Kênia Gonçalves Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4761916016	
CAPÍTULO 7	70
AS AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO CIVIL DE PESSOAS TRANSEXUAIS E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ)	
Mably Trindade	
DOI 10.22533/at.ed.4761916017	

CAPÍTULO 8 86

ATIVISMO E MARCOS LEGAL DA POPULAÇÃO LGBTQBTI: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alberto Magalhães Pires
Carla Andreia Alves de Andrade
Charles Jefferson Cavalcanti da Silva
Esmeraldo Rodrigues de Lima Neto
Taiwana Batista Buarque Lira
Silvania Lucia da Silva Carrilho

DOI 10.22533/at.ed.4761916018

CAPÍTULO 9 95

A LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NOS CASOS EM QUE FIGURE COMO VÍTIMA TRANSEXUAIS QUE MODIFICARAM SEU GÊNERO NO REGISTRO CIVIL SEM A REALIZAÇÃO DA NEOCOLPOVULVOPLASTIA

Alisson Carvalho Ferreira Lima
Naiana Zaiden Rezende Souza

DOI 10.22533/at.ed.4761916019

CAPÍTULO 10 106

BREVES REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR/DOMÉSTICAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES LÉSBICAS EM NITERÓI/RJ

Thaís Vieira Gaudard Curcio
Nivia Valença Barros
Joice da Silva Brum

DOI 10.22533/at.ed.47619160110

CAPÍTULO 11 119

DIREITOS LGBT EM PALCO DE DISPUTAS

Thaís Vieira Gaudard Curcio
Nívia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.47619160111

CAPÍTULO 12 130

EMBATE DE MINORIAS: A IDENTIDADE DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL

Leandro Leite
Verônica Gesser
Bruna Roberta Wessner Longen
Everaldo de Souza

DOI 10.22533/at.ed.47619160112

CAPÍTULO 13 141

FEMINISMOS, DEFICIÊNCIAS E DIREITOS DAS MULHERES SURDAS

Keli Krause
Laura Cecilia López

DOI 10.22533/at.ed.47619160113

CAPÍTULO 14 150

NORMATIZAÇÃO DA SEXUALIDADE NOS DISCURSOS MÉDICOS EUROPEUS A PARTIR DO SÉCULO XVIII: A PROSTITUTA, UMA “ESPÉCIE SEXUAL”

Daniela Nunes do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.47619160114

CAPÍTULO 15 162

PODEMOS CONTAR? A POTÊNCIA DA NARRATIVA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA E DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Luanna Calasans de Souza Santana
Márcia Santana Tavares

DOI 10.22533/at.ed.47619160115

CAPÍTULO 16 169

BREVES REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR/DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES LÉSBICAS EM NITERÓI/RJ

Joice da Silva Brum
Nivia Valença Barros
Thaís Vieira Gaudard Curcio

DOI 10.22533/at.ed.47619160116

CAPÍTULO 17 175

A VIOLÊNCIA SOBRE OS CORPOS INFANTO-JUVENIS NA BAHIA, FEIRA DE SANTANA E SALVADOR, 1940-1960

Andréa da Rocha Rodrigues Pereira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.47619160117

CAPÍTULO 18 1822

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: PENSANDO NO AGRESSOR

Gabriela Alano Pamplona
Perla Alves Martins Lima
Adan Renê Pereira da Silva
Sharlenny Santos Alencar

DOI 10.22533/at.ed.47619160118

CAPÍTULO 19 198

PERCEPÇÕES DE MULHERES DA MESMA FAMÍLIA E DE DIFERENTES GERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Michelle Araújo Moreira
Jéssica Suellen Barbosa Mendes Ramos

DOI 10.22533/at.ed.47619160119

CAPÍTULO 20 212

SEXO ABRIGADO: CUIDADOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA PARA INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Milena Vaz Sampaio Santos
Jeane Freitas de Oliveira
Carle Porcino
Dejeane de Oliveira Silva
Lorena Cardoso Mangabeira Campos

DOI 10.22533/at.ed.47619160120

CAPÍTULO 21 220

REFLEXÕES ACERCA DA FALÁCIA DO BINARISMO ENTRE MASCULINO E FEMININO EM O MUNDO SE DESPEDAÇA

Ilauanna Teles Silva
José Carlos Felix

DOI 10.22533/at.ed.47619160121

A VIOLÊNCIA SOBRE OS CORPOS INFANTO-JUVENIS NA BAHIA, FEIRA DE SANTANA E SALVADOR, 1940-1960.

**Andréa da Rocha Rodrigues Pereira
Barbosa**

Universidade Estadual de Feira de Santana,
andrearocha66@hotmail.com

RESUMO: Esta comunicação pretende apresentar reflexões sobre as representações e práticas acerca da sexualidade infanto-juvenil na Bahia, a partir da investigação de processos-crime de estupro e corrupção de menores, entre 1940 a 1960. Para tanto, parte-se do pressuposto de que infância e adolescência são fases específicas da vida humana histórica e socialmente determinada. A sexualidade, por sua vez, é um construto historicamente datado que tem imbricações com intersecções de gênero, etária, raça e classe. Da mesma forma, defende-se a premissa que o crime ou os delitos sexuais são vistos, pela visão jurídica, como desvios das relações normais praticadas pela maioria dos indivíduos e, por isso, devem ser analisados mantendo um diálogo com os códigos penais e a produção jurídica vigente na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Infanto-Juvenil, Representação, Sexualidade.

A VIOLÊNCIA SOBRE CORPOS INFANTO-JUVENIS, FEIRA DE SANTANA E SALVADOR, 1940-1960

O presente trabalho faz parte de pesquisas que venho desenvolvendo - desde o doutorado - sobre a sexualidade infanto-juvenil na Bahia e que, atualmente, encontra-se sendo desenvolvida no projeto de pesquisa “A sexualidade juvenil soteropolitana (1970-1990): as representações sobre a violência e o lúdico da prática sexual”, financiado pela Universidade Estadual de Feira de Santana. O intuito da pesquisa é analisar as práticas sexuais envolvendo um adulto e um jovem e/ou um adulto e uma criança e as normas jurídicas utilizadas pela sociedade brasileira e baiana para punir aqueles que rompiam com as normas dominantes sobre o controle do corpo de homens e mulheres. Em verdade, na atual fase da pesquisa dedico-me a aprofundar a investigação sobre os crimes de estupro, atentado violento ao pudor, sedução e corrupção de menores nas cidades de Salvador e Feira de Santana, em um período de 1940 a 1960. Para tanto, parto do pressuposto de que

Os conceitos de infância e velhice estão associados a fases da vida humana em que as qualidades produtivas e reprodutivas são baixas ou inexistentes, o que implica que

indivíduos classificados nessas fases muitas vezes não recebam a atenção dada às demais idades. Os crimes sexuais, portanto, devem ser analisados levando-se em consideração não somente critérios de gênero, classe e cor, mas também etários (RODRIGUES, 2007, p. 123).

Assim, os crimes de estupro, corrupção de menores e atentado violento ao pudor investigados têm como vítimas, em sua maioria, menores entre quatorze (14) e dezoito (18) anos, de ambos os gêneros. É importante salientar que apenas os crimes de estupro e atentado violento ao pudor exigiam- de acordo com o Código de 1940- a existência de uma forma de violência que, além de física, pudesse ser também presumida. De acordo com Gonçalves (2003, p. 2), a violência tanto pode ser real, aquela que “implica efetivo desforço físico, agressão”, quanto presumida. A violência presumida é aquela decorrente não de um ato físico, mas da incapacidade de a vítima defender-se ou de evitar o ato (RODRIGUES, 2007, p.100).

É importante frisar que a jurisprudência da época acreditava que toda menor de 14 anos não tinha capacidade de discernimento, por isso, era alvo de violência presumida nos atos sexuais. E o que diferenciava um crime de outro era o gênero da vítima, no estupro só podiam ser vitima as mulheres, enquanto no crime de atentado violento ao pudor poderia ser tanto mulher como homem. Além disso, o atentado violento ao pudor não exigia conjunção carnal e sim atos libidinosos. E, de acordo com Noronha (1977, p. 128-129), ato libidinoso “é o mesmo que o ato lascivo, voluptuoso, dissoluto”. É, na verdade, “descomedimento do apetite carnal”. Ainda Segundo Noronha, alguns atos são intrinsecamente libidinosos (coito anal), já outros só as circunstâncias são capazes de identificar. O crime de estupro, por sua vez, exigia cópula vaginica. Já o crime de corrupção de menores encontrava-se no Código na epígrafe da “sedução a corrupção de menores” e estava separado dos demais “Crimes conta os costumes” por não ser alvo a liberdade sexual dos indivíduos nem a moral feminina e, sim, “proteger a sexualidade e a moral sexual dos menores de idade” (GONÇALVES, 2003, p. 15). Este tipo de crime era definido como o ato de corromper “[...] ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito), com ela praticando ato de libidinagem ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo” (BRASIL, 2003, p. 30).

O crime de corrupção se diferencia do de sedução principalmente por não haver conjunção carnal através da cópula vaginica, ocorrendo apenas atos de libidinagem. E é este aspecto que possibilita que o menor do sexo masculino violentado sexualmente seja também considerado vítima de corrupção e, ao mesmo tempo, de atentado violento ao pudor. O menor, para ser passível de corrupção, não precisava de fato praticar o ato, bastando presenciá-lo. “É este aspecto que distingue basicamente este crime do atentado violento ao pudor, além de não exigir, para caracterizá-lo, que os atos libidinosos fossem acompanhados de violência. Talvez por isso, a pena do crime de corrupção de menores seja menor do que a prescrita para o de atentado violento ao pudor, um a quatro anos de reclusão, contra seis a dez anos” (RODRIGUES, 2007, p. 112).

A definição e normatização destes crimes estavam presentes no Código do Penal de 1940 e permaneceram até aproximadamente a década de 1980, quando foram sofrendo pequenas alterações. Por este motivo, recorreremos como metodologia o diálogo entre o estudo do Código Penal -suas alterações no tempo- e as experiências sexo-afetivas daqueles que desviavam das normas e caíam nas malhas da justiça. O estudo dos processos-crime permite, igualmente, analisar as representações elaboradas em tornos dos corpos e das práticas sexuais de crianças e jovens, a partir das variáveis de gênero, raça e classe. O conceito de gênero, segundo Joan Scott (1989, p. 1), surgiu entre as feministas americanas que pretendiam enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Recorrer, portanto, ao conceito de gênero significa rejeitar o determinismo biológico e enfatizar o aspecto relacional das normas sobre feminilidade. É importante também sinalizar que, assim como Corrêa (1983), comparamos um processo-crime a uma fábula, pois

(...) no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do real que melhor reforce seu ponto de vista. Neste sentido, é o real que é processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência (CORRÊA, p.40).

Este trabalho, portanto, visa apresentar alguns resultados de pesquisas realizadas com processos-crime nas tipologias de estupro, corrupção de menores e atentado violento ao pudor, na Bahia, entre 1940 a 1960. E, dessa forma, contribuir tanto para os estudos históricos sobre violência de gênero e/ou violência contra infância, como para a historicidade da sexualidade humana nas diversas fases da vida. Para tanto, parto do pressuposto de que fica expresso na classificação dos Crimes Contra os Costumes a preocupação com a honra família através do controle da sexualidade da mulher, já que todos os crimes, com exceção atentado violento ao pudor e corrupção de menores, só concebem a vítima como mulher.

A partir das considerações e pressupostos acima busco neste trabalho analisar alguns crimes de estupro ocorridos nas cidades de Salvador e Feira de Santana.

O CRIME DE ESTUPRO

O crime de estupro é um ato de violência que envolve agressividade física ou não. Ressalta-se que a agressividade, como toda emoção e sentimento humano é socialmente controlado, porém nem sempre de forma adequada. De acordo com Georges Vigarello (1998), nas sociedades tradicionais do Ocidente a agressividade fazia parte do cotidiano e era muito difícil separá-la dos demais delitos sexuais e que somente com a implantação progressiva do processo civilizatório é que teria se criado normas e regras visando o controle mais eficiente das emoções. Afirma Vigarello: “Seria muito artificial, em tais condições, isolar delito sexual das outras formas de agressividade constantemente presentes, ou latentes, na vida cotidiana da sociedade

tradicional” (1998, p.17). E, recorrendo a tese de Norbert Elias sobre o processo civilizatório e as sociedades de Ancien Regime, argumenta Vigarello

Aqui, a hipótese de Norbert Elias é fundamental, mostrando como as ‘normas da agressividade’ variam com o tempo, com elas se ‘refinam’, ‘civilizam-se’, desgastadas e limitadas por uma infinidade de regras e interdições que se transformaram em autocooção. Daí a passagem de uma tolerância menor, de atos ‘poucos’ controlados, em épocas longínquas, para atos ‘mais’ controlados, regulados pelo aprofundamento de uma cultura (...) (VIGARELLO, 1998, p.17).

E para reforçar esta hipótese, Vigarello recorre ao pressuposto de Camille Paglia sobre sua definição de estuprador: “ ‘O estuprador é um homem insuficientemente socializado, mais do que um homem que o seria excessivamente’”(Idem, Ibid.). A aparente tolerância sobre a violência nas sociedades do Antigo Regime não quer dizer que esta ficasse impune e, sim, que havia uma hierarquia dos crimes. Salienta o autor, por exemplo, que a violência sobre os mais fracos era relativamente admitida, enquanto sobre os bens era imediatamente julgada por comprometer a ordem e a estabilidade da sociedade.

Ao estudar os crimes sexuais na cidade de Salvador, pude constatar (...) a existência de uma tolerância muito grande em relação à agressividade de forma geral, e especificamente à sexual, tanto por parte dos que a exerciam ou sofriam, como daqueles responsáveis por puni-la, ou seja, a justiça pública” (RODRIGUES, 2007, p.132).

Vejamos, por exemplo, alguns casos de estupro ocorridos nas cidades de Salvador e Feira de Santana e que tiveram como vítimas crianças e/ou jovens. Em 1947, uma empregada doméstica de quatorze (14) anos que trabalhava em uma casa no bairro da Baixa de quintas foi estuprada pela filha de sua patroa. Em sua declaração ao Delegado, Iraci- a vítima- informa

que no dia 10 de abril do corrente ano, cerca da 23 horas, achava-se dormindo na rua Baixa de Quintas, n. 31, quando foi despertada por Walter [...], filho de seus patrões, o qual sem ter intencimento (sic) algum com a declarante lhe forçou em cima da cama deflorando-a; que vendo-se pegada por Walter, gritou pela Genitora deste, a qual não ouviu o seu chamado; que após o fato Walter retirou-se do quarto sem lhe dizer palavra alguma; que no dia seguinte procurou sua patroa D. Margarida [...] a quem contou o ocorrido, tendo esta lhe dito que não acreditava e que só podia ter sido sonho da declarante [...] (APEBA. Seção Judiciária, est. 192, cx. 13, doc. 3, fls. 4.).

O depoimento de Iraci foi desacreditado tanto pela mãe do réu como pelo Delegado e ambos alegaram o mesmo motivo para não acreditarem: a vítima pertencia a uma classe inferior ao do réu. A mãe do agressor tenta dissuadi-la de denunciar, alegando que tudo não tinha passado de sonho da vítima e o delegado por sua vez, buscou atribuir o desvirginamento da jovem a outro indivíduo. Este caso, portanto, demonstra que as dificuldades encontradas pelos jovens vítimas de estupro por violência física para obter justiça se tornavam bem maiores quando estas pertenciam a um segmento social inferior e encontrava-se, por isso, em uma posição dupla de dominação: a

dominação masculina e a dominação de classe. Afinal, a vítima era uma empregada doméstica e o réu, um patrão. Outros casos semelhantes foram encontrados no período da pesquisa tendo como resultado o arquivamento da denúncia.

Mas as jovens dos segmentos empobrecidos ficavam sujeitas a violência mesmo quando estavam supostamente sobre a proteção de suas famílias, isto porque os cotidianos que estavam submetidas as expunham aos mais variados perigos, facilitando muitas vezes atitudes agressivas e/ou violência sexual por parte dos homens. Foi o caso de Maria, menina de quatorze (14) que, no ano de 1949, em Feira de Santana (Distrito de Maria Quitéria) ao levar um carneiro para soltar na roça, foi carregada a força por Pedro- seu vizinho- para uma casa e lá violentada sexualmente. Maria morava na zona rural de Feira de Santana e desenvolvia atividades consideradas típicas das mulheres da zona rural, o manejo na criação de pequenos animais (ovinos e caprinos). Estas atividades deixavam as mulheres mais fragilizadas que o normal, pois o isolamento garantia que muitos homens exercessem atos de violência sobre a mulher com a possibilidade da impunidade. O agressor foge e não é encontrado, (CEDOC, Seção Judiciária, Est. 03, Cx. 64, Doc 1189, fls.30).

Um caso semelhante ocorreu na zona urbana da cidade de Feira de Santana (bairro da queimadinha), em 1953, porém com um desfecho diferente. Deusdete, menina de 13 anos, havia sido violentada no quintal de sua casa, na ausência de seus pais. O seu pai, ao saber do estupro, agrediu o réu -Euzébio- a faca, que evadiu-se mesmo ferido. Euzébio era natural do Ceará e já possuía antecedentes criminais, pois além de ser fichado por crime de furto, era de conhecimento de alguns colegas que já havia estuprado outra mulher. Uma testemunha, o Sr. Arquimedes, de profissão sapateiro, em seu depoimento ao delegado informou:

No dia do corrente mês, Euzébio de tal, nesta cidade, lhe dissera haver deflorado a menor Deusdete (...) e que se fosse preciso casaria porém com ela não viveria, afirmação essa em presença de José Mascarenhas, negociante na praça Frós da Mota. (...) Que sabe apenas tratar-se de indivíduo desocupado e gaturno da classe dos "lanceiros" e chama-se Eusébio d (...) e ser natural de Crato, Estado do Ceará. (CEDOC, Seção Judiciária, Est. 1, Cx.07, Doc. 147).

Lanceiro era aquele indivíduo que roubava bolsos, carteiras e bolsas, sem que a pessoa percebesse.

A vítima, neste caso, vivia com o pai e com a madrasta. O pai era dono de uma venda de um bairro periférico de Feira de Santana e, de acordo com os códigos de virilidade e de honra existente, buscou solucionar o problema através da força e não recorrendo a justiça. A honra da família foi supostamente restabelecida quando o responsável pela família- o pai- recorreu ao uso da força para neutralizar a agressão e o domínio masculino externo a família. A respeito da relação entre a honra da família e a honra feminina, argumenta François Guillelt:

A honra feminina permanece limitada à pureza sexual cujo pudor é a principal manifestação e cuja perda coloca em perigo o capital de honra da família. Esse capital são os homens que devem conservar protegendo de afronta os membros

da família colocados sob sua dependência, as esposas, por cuja conduta eles são responsáveis, as mães e as irmãs, e os ascendentes que se tornaram muitos frágeis para se defender por si mesmos. Nesse esquema tão tradicional, em que a função principal do homem é ser protetor, o dolo se constitui um instrumento insubstituível (...) (GUILLETT, 2013, p.110)

No caso de Deusdete, o seu pai manteve seu papel de protetor através do uso da força e do derramamento do sangue daquele que ousou violar a honra da família, esfaqueando-o. O recurso a justiça só se manteve porque o agressor, Euzébio, não foi a óbito, obrigando a família a denunciá-lo por crime de estupro. E, apesar de Euzébio comparecer a justiça e proceder a seu depoimento, não aguardou a finalização do processo, escapando das malhas da justiça. Apesar disso, a situação de Deusdete é diferente das demais citados acima, pois sua família aparentemente encontrava-se em uma situação financeira intermediária, já que sua pai era proprietário de uma venda, além disso contava com uma figura paterna.

Nem sempre a existência de uma família garantia a proteção de uma jovem dos segmentos pobres ou empobrecidos. Nestes estratos sociais, as diversas atividades que todos os membros de família tinham que desenvolver para garantir a sobrevivência impedia um controle e/ou vigilância das jovens casaduras, atitude comum nos estratos médios e altos da sociedade. Afinal, a ideia de que a honra da família é dada pela manutenção da honra da mulher, nem sempre condizia com as experiências e vivências destas pessoas. Situação semelhante ocorreu com Maria Izilda, jovem de quinze (15) anos que foi morar com sua irmã e o marido dela no bairro de Mochila. Maria Izilda foi estuprada pelo irmão de seu cunhado, na ausência temporária deste e de sua irmã. De acordo Maria Izilda:

Que reside com seu cunhado de nome Miguel (...) e sua irmã de nome Leonícia (...); que no dia vinte do corrente mês vieram para feira nesta cidade, ficando a declarante sozinha em casa, e por volta das dez horas, entrou ali o indivíduo Felix Bispo, irmão do cunhado da declarante e arrastou esta para cozinha, ali derrubou-a no chão e com ela manteve conjunção carnal, desvirginando-a; que após o ato Felix escapuliu, ficando a declarante banhada em sangue até que os moradores chegaram por volta das doze horas e moveram a declarante, e no mesmo dia trouxeram-na para esta cidade onde foi medicada por DR. Francisco Martins (CEDOC, Seção Judiciária, Est. 04, Cx. 119, Doc. 2411)

O seu depoimento indica o estado de passividade e de desproteção da jovem diante de um ato de violência fruto da dominação masculina que pensa o corpo feminino como um objeto criado apenas para atender os desejos sexuais do homem.

É importante destacar, da mesma forma, que as vítimas de estupro descritas neste artigo têm em comum o fato de pertencerem a famílias dos segmentos pobres das sociedades soteropolitana e feirense e de residirem ou em bairros periféricos ou na zona rural dos municípios. Além disso, é indicativo a baixa idade das vítimas, oscilando entre treze (13) e quinze (15) anos. A fragilidade destas meninas era motivada pela exposição que as atividades que exerciam as expunham – sempre em espaços abertos e de pouca circulação- e a ausência de um maior controle familiar, dentro de uma sociedade machista e misógina.

Ressalta-se, igualmente, que o crime de estupro no código penal de 1940 é qualificado a partir da existência de dois tipos de violência: 1) violência presumida, 2) violência física. Na primeira, reconhece-se como um ato de violência aquele em que a conjunção carnal é exercida com uma menor de quatorze (14) anos. Presume-se que nesta idade a jovem não tem discernimento sobre o ato sexual, por isso não seria um ato consentido. No segundo tipo de violência, o homem recorre à força física ou algum método de coação para saciar os seus desejos sexuais, mediante a prática da cópula vagínica. Neste tipo de violência a idade da vítima não era preponderante e, sim, o gênero, pois – de acordo com o Código de 1940- somente a mulher poderia ser passível de estupro.

Para finalizar, é fundamental sinalizar pela existência de um padrão comum entre os crimes de estupro que ocorreram nas cidades de Salvador (capital da Bahia) e Feira de Santana (cidade do interior do Bahia). Padrão esse definido pelos seguintes aspectos: isolamento espacial da vítima (morando e/ou trabalhando em locais periféricos e isolados) e condições econômicas características dos segmentos sociais pobres ou empobrecidos. Estes aspectos, combinados com uma dominação masculina típica de uma sociedade patriarcal, misógina e machista, da década de 1950, produziram uma homogeneização do crime que terminou por subverter o binômio capital-interior. Assim, o crime de estupro foi e ainda é em nossa sociedade contemporânea, uma violência - acima de tudo - de gênero.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. **Código penal**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CORRÊA, Marisa. **Morte em Família**: Representações jurídicas de papéis sociais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Dos crimes contra os costumes aos crimes contra a administração**. São Paulo: Saraiva, 2003 (Coleção Sinopses Jurídicas).

GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, George (orgs.). **História da Virilidade**: o triunfo da virilidade. Vol.2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.97-152.

NORONHA, Edgard Magalhães. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 1973-1977.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970**. 2007. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro**: Violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, George (orgs.). **História da Virilidade**: o triunfo da virilidade. Vol.2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-047-6

